

Ministério Público do Estado de Pernambuco: [www.mppe.mp.br](http://www.mppe.mp.br).  
As dúvidas e/ou esclarecimentos poderão ser sanados através dos telefones (81) 3182-7361/7362.

Recife, 05 de fevereiro de 2015.

**Onélia Carvalho de Oliveira Holanda**  
Pregoeira/ CPL

Recife, 05 de fevereiro de 2015.

**Aguinaldo Fenelon de Barros**  
Secretário Geral do Ministério Público

**Comissão Permanente de  
Licitação - CPL/SRP**

**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**RATIFICO** o Termo de Dispensa de Licitação n.º 001/2015 da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP, nos autos do Processo Licitatório n.º 003/2015, com fundamento no Art. 24, inciso XVI, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a contratação da **Companhia Editora de Pernambuco (CEPE)**, CNPJ n.º 10.921.252/0001-07, órgão responsável pela **Imprensa Oficial** no Estado de Pernambuco, para diagramação, craqueamento digital, revisão, assinatura digital, recursos de TI, largura de banda e estrutura de hardware do caderno do Diário Oficial do Ministério Público de Pernambuco no Portal do Diário Oficial do Estado de Pernambuco, pelo valor estimado total de **R\$ 248.020,00 (Duzentos**

**Comissão Permanente de  
Avaliação de Desempenho**

**AVISO Nº 002/2015**

A Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho **AVISA** aos servidores com término do período de avaliação previsto para o mês de **FEVEREIRO**, relação abaixo, que se encontra disponível na INTRANET o formulário de avaliação de desempenho, bem como a ficha de acompanhamento funcional. Após serem impressos, preenchidos e assinados, os formulários devem ser entregues à Comissão **até o dia 27 de FEVEREIRO de 2015**. A avaliação deverá ser realizada com base nas definições dos fatores previstos no Regulamento aprovado pela Resolução RES-PCJ n.º 011/2013, de 11/11/2013, publicada no DOE de 12/11/2013, também disponível na INTRANET.

SERVIDORES ESTÁVEIS	
NOME	MATRICULA
Adriana Figueiredo Barros Lopes	189.030-1
Adriano Márcio A de Oliveira	187.862-0
Ana Maria Dias de Almeida	187.815-8
Fabricia Flávia Maurício de Menezes Matos	189.032-8
Gabriela de Andrade Gueiros	187.864-6
Gilberto Fernandes S Abreu	188.016-0
Ingrid Martorelli G de Oliveira	187.865-4
Karol Tavares Pessoa de Melo Correia	189.033-6
Marcos Aurélio Florencio Dantas	189.034-4
Mércia Karine O N Ferraz	187.867-0
Pedro Henrique dos Santos Mesquita	189.036-0
Sabrina de Barros Correia Galindo	189.031-0
Samuel Ferreira da Silva Filho	187.790-9

SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO Completando 02 ANOS	
NOME	MATRICULA
Alfrânio Robespierre Soares Barbosa	189.450-1
Jairo Henrique Parente de Andrade	189.451-0
Maíara Batista Neves	189.453-6
Selene Carvalho Padilha	189.457-9

SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO Completando 01 ANO	
NOME	MATRICULA
Alaumo Gomes de Lima	189.598-2
Aline Mota Guedes	189.599-0
Bruno Valente Firmino dos Santos	189.600-8
Camila Tavares de Melo Nobrega Fontes	189.601-6
Caroline Pimenta Guimarães	189.602-4
Eduarda Gabriela Barbosa da Costa Bezerra	189.604-0
Giseli Patrícia de Souza Lima	189.609-1
Juliane Cristina Cantalicio da Cunha	189.605-9
Leonardo Bezerra Leal	189.606-7
Manuela de Oliveira Alencar	189.607-5
Pablo Goes Almeida	189.610-5

**Obs:** " Os servidores em gozo de férias ou licença no mês de conclusão de seu interstício deverão entregar suas avaliações no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após seu retorno. Maiores informações com a Comissão, através dos telefones (81) 3182-7347/7356.

Recife, 03 de fevereiro de 2015.

**Ana Luiza de Moura Oliveira Nogueira**  
Presidente da CAD/PGJ

**Centro de Apoio Operacional**

**CENTRAL DE INQUÉRITOS DE OLINDA  
RELATÓRIO DA CENTRAL DE INQUÉRITOS DE OLINDA – JANEIRO/2015**  
(Conforme art, 8º, §3º da RES-CPJ nº 004/2008)

Promotoria de Justiça	Promotor de Justiça	Saldo DEZEMBRO 2014	Autos Recebidos	Autos Recebidos	Saldo
7ª	ANA JAQUELINE BARBOSA LOPES	00	101	101	00
7ª ATUAÇÃO NOS FEITOS AFETOS À CENTRAL	CAMILA MENDES DE SANTANA COUTINHO	03	85	88	00
8ª	ROSÂNGELA FURTADO PADELA ALVARENGA	00	90	90	00
9ª	SYLVIA CÂMARA DE ANDRADE¹	00	29	29	00
10ª ATUAÇÃO NOS FEITOS AFETOS À CENTRAL	CRISTIANE WILIENE MENDES CORREIA²	00	00	00	00
TOTAL		03	305	308	00

Período de distribuição: 02/01/2015 até 30/01/2015

1 – Férias até o dia 16/01/2015 .  
2 – Férias.

**Promotorias de Justiça**

**13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA  
MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL**  
Recomendação nº 001/2015

Agremiações carnavalescas na Cidade do Recife

**RECOMENDAÇÃO Nº 001/2015**  
**Ref. Agremiações Carnavalescas em vias e locais públicos no Município do Recife**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por seu representante infra-assinado, com exercício junto à 13ª Promotoria de Justiça da Capital, com atuação na Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico-Cultural, usando das atribuições legais dispostas nos artigos 127, *caput*, art, 129, inciso III, art, 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625, de 12.02.93) e art, 27, parágrafo único, inciso IV e art, 5º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual (Lei Complementar nº 12, de 27.12.94, alterada pela Lei Complementar nº 21, de 28 de dezembro de 1996); e,

**CONSIDERANDO** que, em observância ao artigo 225 da Constituição da República, "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo para preservá-lo para as presentes e futuras gerações", sendo que, nos centros urbanos, entre outros pontos, esse direito engloba a efetividade e qualidade da mobilidade, da acessibilidade, da segurança e dos sons que a todos rodeiam;

**CONSIDERANDO** que a Notícia de Fato (Auto:2015/1823075 – Doc: 5016171) tramita perante a 13ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital para averiguar a legalidade e consequências da realização de prévias carnavalescas em vias públicas, mas que, dada a complexidade do tema e interligação de inúmeros fatores, bem como a necessidade de conjugação de esforços de diversas esferas do Poder Público, entendeu-se mais adequado versar acerca de toda a problemática dos eventos carnavalescos antes, durante e depois do carnaval na cidade do Recife;

**CONSIDERANDO** que, na realização dos eventos carnavalescos em comento, o volume, muitas vezes, inadmissível de foliões acarreta graves transtornos aos demais cidadãos e ao espaço público, tais como: inaccessibilidade às residências e daí às ruas (segregação involuntária); danos ao patrimônio público e privado (danificação de praças, jardins, equipamentos públicos de limpeza, dentre outros); exposição dos cidadãos à imoralidade verbal e corporal; poluição sonora excessiva, ao longo da manhã, tarde, noite e madrugada, continuamente; migração forçada de diversos moradores nas áreas mais afetadas, dando o sério comprometimento do direito de ir e vir; custos adicionais a condomínios, pela necessidade de contratação de segurança e execução de serviços prévios e posteriores;

**CONSIDERANDO** que, durante o desfile de várias agremiações, evidencia-se o comprometimento à saúde e a eventuais necessidades de urgência, especialmente de pessoas idosas ou portadoras de necessidades especiais, mas também dos próprios foliões, haja vista a dificuldade de acesso e, em alguns casos, a ausência de serviços médicos de urgência, uma vez que algumas agremiações não fornecem equipes especializadas, equipamentos médicos e ambulâncias para o atendimento de plantão, em grave desrespeito à Lei estadual nº 14.133/10 e à Lei municipal nº 17.852/12;

**CONSIDERANDO** que, no passado, quando do surgimento dessas e de outras agremiações carnavalescas, sequer era necessário qualquer tipo de intervenção do poder público, pois o número de participantes não ensejava impacto significativo no meio ambiente urbano, sendo que, ademais, as condições do trânsito, de oferta e acesso às drogas, da violência e o número de manifestações populares do tipo eram completamente diversos às atuais condições gerais verificadas;

**CONSIDERANDO** que a folia de momo, enquanto legítima manifestação cultural está oficialmente restrita a um período determinado do calendário e que, ainda assim, é perfeitamente possível, desejável e viável que tais atividades fora do folhetim oficial continuem acontecendo mediante adequações que se impõem em face do interesse público, havendo várias alternativas por meio de espaços diversos, a exemplo de clubes, salões de eventos e estádios de futebol, dos quais já se utilizam algumas agremiações com idêntica origem popular de rua, como é o caso da trouça carnavalesca "Guaiaum Trelorso";

**CONSIDERANDO** que, a cada ano, mais e mais, os festejos carnavalescos são antecipados, estendidos e aumentados em número de trouças, fazendo com que a cidade, que já apresenta seus habituais problemas, passe a lidar com os agravantes do aumento da violência e a ampliação das já aviltantes condições ambientais urbanas da cidade do Recife, especialmente no que se refere à mobilidade, em virtude de ainda não estarem presentes os aspectos psicológicos de aceitação e maior tolerância geral existentes no período regular da festa;

**CONSIDERANDO** que, conforme tem sido reiterado em audiências nos últimos anos, toda essa conjuntura leva à impossibilidade de adequada atuação dos órgãos e servidores públicos envolvidos, inclusive com riscos à integridade física de todos, até mesmo de policiais fardados, conclusão a que se verifica dos autos do procedimento ministerial, onde todos os representantes das instituições formalmente ouvidas afirmaram ser impossível garantir a mobilidade, a segurança, a acessibilidade ou prevenir os inúmeros abusos relacionados a tais eventos, manifestando o entendimento de que não é viável a continuidade desse tipo de manifestação nas ruas da cidade antes, durante e após o carnaval, revelando ainda a existência de custos elevados para o poder público e o absurdo agrupamento dos seus integrantes nos focos de folia, em detrimento do restante da população que permanentemente carece dos já limitados serviços públicos essenciais (POLÍCIA MILITAR, DIRCON, SMAS, CTTU, EMLURB);

**CONSIDERANDO** que, a despeito de tudo isso, as atividades em questão vêm sendo normalmente licenciadas e estimuladas pelo Município do Recife, inclusive com o aporte de recursos públicos, de forma direta e indireta;

**CONSIDERANDO** a edição da Lei Municipal nº 17.524/09, acerca da emissão de alvarás de localização e funcionamento para atividades urbanas no município do Recife/PE, que foi devidamente regulamentada pelo Decreto Municipal nº 24.571/09, bem como da Lei nº 16.176/96 (LUOS) do município do Recife/PE;

**CONSIDERANDO** as disposições constantes da Lei 14.133/2010, com as alterações trazidas pela Lei 14.597/2012, que traçam regras específicas para a realização de eventos de grande porte, com determinações atinentes à estrutura técnica, higiene pública, horário e prazo de duração, mobilidade e acessibilidade (com a disponibilização de área de estacionamento, de modo a não atrapalhar o tráfego nas vias públicas), garantia de serviço médico de emergência e garantia de proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural, com a comunicação às autoridades fiscalizadoras competentes;

**CONSIDERANDO** que, além de infração administrativa, a prática de poluição sonora ou a realização de atividade potencialmente poluidora sem a licença ambiental, em desacordo com ela ou contrariando normas legais atinentes à espécie, caracterizam infrações penais previstas nos arts. 54, e 60, da Lei n.º 9.805/98, que ainda prevê, em seu artigo 2º que, "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida de sua culpabilidade, bem como o diretor, administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminoso de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia evitá-la";

**CONSIDERANDO**, ademais, a necessidade de adoção de providências imediatas no sentido de garantir o cumprimento da legislação do país e de se restabelecer o respeito ao interesse público;

**CONSIDERANDO**, por fim, caber ao Ministério Público promover a defesa dos interesses difusos da sociedade, assegurados na Constituição Federal, Estadual e demais leis relacionadas ao Meio Ambiente, podendo, para tal fim, emitir recomendações.

**RESOLVEM RECOMENDAR À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (SMAS), À SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO DO MUNICÍPIO DO RECIFE (SECON), À SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA DA CIDADE DO RECIFE, AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, AO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO, À SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL (SDS), À COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO (CTTU), AO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) E À FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO (FUNDAPE):**

a) que se abstenham de licenciar quaisquer agremiações ou eventos antes, durante e depois do carnaval que não apresentem os requisitos legais para sua realização, principalmente no tocante ao atendimento das condicionantes estabelecidas na Lei 14.133/2010 (Lei de Grandes Eventos), com as alterações da 14.597/2012, e na Lei municipal nº 17.852/12, além de todas as determinações contidas no Código de Meio Ambiente Municipal (Lei 16.243/1996) e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (16.176/96), com vistas a impedir práticas abusivas que venham a gerar poluição sonora, afetar a mobilidade urbana, a segurança e a integridade física da população, afetar o patrimônio histórico-cultural, bem como depredar o patrimônio público e privado, devendo aplicar de imediato todos os meios legais para cobrir e responsabilizar aqueles que, tendo sido licenciados, extrapolarem os limites legais das licenças concedidas, **sob pena de as autoridades licenciadoras e fiscalizadoras aqui elencadas incorrerem na prática de crime e ato de improbidade administrativa, passíveis das medidas penais, civis e administrativas cabíveis;**

b) que condicionem para o licenciamento de festividades antes, durante e depois do carnaval, a sua realização em local ou locais plenamente adequados, inclusive no que se refere ao necessário e eficiente tratamento acústico, de modo a ainda garantir a mobilidade, a segurança, a acessibilidade e a prevenção de abusos relacionados, direta ou indiretamente, ao evento;

c) que identifiquem a 13ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania com atuação na Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico Cultural da Capital/PE, acerca do acatamento ou não da presente recomendação, apresentando razões formais, num ou noutro caso, no prazo de quinze dias a partir do recebimento da presente;

Recife (PE), 05 de fevereiro de 2015

**Gerardo Margela Correia**  
Promotor de Justiça

**15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL  
PROMOÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**PORTARIA Nº 001/2015**  
(Auto nº 2014/1729938)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por sua Promotora de Justiça que a presente subscreve, no uso das atribuições do cargo de 15ª Promotoria Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital, com fundamento nos artigos 127, *caput* e 129, incisos III e VI do Texto Constitucional, artigos 1º, inciso IV, e 8º, § 1º da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, artigo 25, inciso IV, letra "b" da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e artigo 4º, inciso IV da Lei Complementar Estadual nº 12, de 28 de dezembro de 1994, alterada pela Lei Complementar 21, de 28 de dezembro de 1998;